

MIGRAÇÃO E IDENTIDADE, SOCIEDADE E NATUREZA: MEMÓRIAS DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS NO OESTE
PARANAENSE (1995-2009)

MIGRATION AND IDENTITY, SOCIETY AND NATURE: MEMORIES OF MIGRATORY PROCESSES IN WESTERN PARANÁ (1995-
2009)

Jorge Pagliarini Junior*
palhajr@yahoo.com.br

RESUMO: Os fenômenos migratórios apresentam um universo de discussões referentes à relação memória e identidade e sociedade e natureza. O artigo problematiza dois fenômenos migratórios, ambos demarcados entre meados da década de 1990 a 2014, sendo um deles de alcance regional, referente às disputas materiais e simbólicas do reassentamento São Francisco de Assis, Cascavel, Paraná, advindo de um processo de barragens da usina Hidrelétrica de Salto Caxias, e outro, de alcance inter-regional referente ao processo de migração de retorno entre o Paraná e a Amazônia Legal. A análise dos fenômenos parte das singularidades destes deslocamentos entendidas pelas memórias dos entrevistados e defende a intrínseca relação entre territorialidade e sociedade e natureza.

PALAVRAS-CHAVE: Migração, memória, identidade, meio ambiente.

ABSTRACT: The migratory phenomena present various discussions concerning the relations: memory and identity, society and nature. To this extent, this article discusses two migratory phenomena – both demarcated from the middle of the 1990s to 2014. One of such phenomena presents a regional reach, referring to the material and symbolic disputes of the São Francisco de Assis resettlement, in the city of Cascavel, Paraná, resulting from a dam process in the Salto Caxias hydroelectric plant. On its turn, the other phenomenon presents an inter-regional reach, referring to the process of return migration between Paraná and Amazônia Legal. The analysis of the phenomena starts from the singularities of these displacements understood by the interviewees' memories and defends the intrinsic relation between territoriality, society and nature.

KEY-WORDS: Migration, memory and identity; environment.

O itinerário e suas memórias

Duas categorias de análise foram criadas nos processos migratórios. São elas: a dos reassentados, referentes aos agricultores retirados de suas terras e, após cinco anos de luta, assentados em propriedades rurais do Estado, e a dos colonos retornados, agricultores da região envolvidos nos processos de deslocamentos. Os sujeitos que se dizem membros de ambas as categorias substantivas narraram suas trajetórias posicionando-se a partir de expectativas da vida de antes da migração e, também, a partir de análises e reflexões construídas no presente.

A análise dessas entrevistas será apresentada diante das estratégias de produção narrativa adotadas, numa linha dialogal. No primeiro caso, referente aos reassentados, o destino da migração resultou de todo um processo de lutas pela indenização por outras terras,

*Doutor em História pela UFGD. Professor efetivo do curso de História da Unespar, Campo Mourão; professor do programa de mestrado profissional em História -ProfHist - da Unespar.

reivindicação alcançada, no caso dos reassentados estudados, no território localizado no município de Cascavel/PR, local que passou a ser, a partir de então, designado por Reassentamento São Francisco de Assis.

No segundo caso se tomou por base o itinerário de moradores da região Oeste do Estado que integraram um fluxo de saída desses sujeitos da região diante das condições criadas com a construção de políticas da década de 1970, como a do Segundo Pano Nacional de Desenvolvimento (PND II), e que, a partir da década de 1990, se caracterizou pelo fluxo de retorno. As características desses dois processos de deslocamentos permitem, porém, um elo de análise: nas suas narrativas, os entrevistados apresentam processos de territorialidades marcados pela apropriação e ressignificação de discursos que envolvem a relação entre sociedade e natureza.

Num primeiro momento do texto, a intenção é apresentar as principais problemáticas de cada um dos processos migratórios, bem como nossos alcances epistemológicos com o estudo sobre memória e identidade. Num segundo momento se pretende aprofundar o diálogo com a relação migração, territorialidade e natureza e procuraremos amarrar a discussão com a apresentação de pontos convergentes dessas trajetórias, tendo-se por base a apropriação de discursos do desenvolvimentismo e ecológicos.

As entrevistas trabalhadas fazem parte de duas pesquisas. No primeiro caso as entrevistas com os reassentados se referem a uma pesquisa de mestrado, concluída no ano de 2009, na qual procuramos tratar da trajetória de 19 entrevistados, totalizando aproximadamente 19 horas de entrevistas gravadas e transcritas. No segundo caso, dos entrevistados que retornaram da Amazônia legal, tratamos de um conjunto que totaliza 22 entrevistas produzidas quando da pesquisa de doutoramento, concluída no ano de 2014, totalizando um total de aproximadamente 22 horas de entrevistas gravadas e transcritas. Em ambos os casos, esses conjuntos foram produzidos diante de uma metodologia pautada em redes de contatos. No primeiro, trabalhamos com uma rede de contado interna ao reassentamento, iniciada com a indicação de algumas lideranças e ex-lideranças locais, e delas traçamos uma rede de até três indicações de entrevistas. No segundo, tivemos como ponto de partida contatos de moradores da cidade de Corbélia, nossa cidade de origem, pertencente

à sub-região Oeste do Paraná¹, de onde saíram nas décadas de 1980 e de 1990 dezenas de famílias rumo a Amazônia, e para onde elas retornaram durante as três últimas décadas.

A partir desses contatos construímos uma rede de entrevistas de até três camadas de indicações as quais nos levaram até o contato com famílias de outras sete cidades da mesma sub-região. Diante das possibilidades da História Oral procurou-se problematizar como a busca pelo passado comum, de agricultor ou de filhos de agricultores serviu de suporte para a (re)organização dos viveres após ter-se iniciado os processos migratórios narrados.

As atividades de produção e de interpretação das entrevistas seguiram uma abordagem próxima às de Alessandro Portelli e foram focadas para os diferentes lugares assumidos numa entrevista. Assim, na sua acepção epistemológica, essa abordagem é dialogal, pois “[...] é preciso que sempre exista uma ‘linha’ de diferenças que, depois de transposta, torne-se plena de significado, mas é necessário que exista também uma ‘linha’ segundo a qual possamos comunicar o desejo de encontrar um terreno e uma linguagem comuns” (PORTELLI, 1997, p. 19). A produção de todas estas entrevistas estivera estruturada nas histórias de vida, muito embora, as demandas e escolhas que envolveram as entrevistas encaminharam-se para a história temática: a do reassentado; a do retorno.

Essas duas categorias, reassentado e colono, norteiam, especificamente no nosso caso, o aproximar da temática sociedade e natureza numa preocupação permeada pelos fenômenos migratórios e os estudos de memórias. Isto demanda uma aproximação com a historiografia referente à História Ambiental, a partir do diálogo com a construção de “um campo historiográfico consciente de si mesmo” (PÁDUA, 2010, p. 81).

De acordo com Hogan, as décadas de 1950-1960 podem ser denominadas como um período pré-ecológico e as de 1970 a 1980, uma época em que o assunto já havia emergido (HOGAN, 2007, p. 16). No período anterior a década de 1980 a análise histórica de questões ambientais estava fundamentada em recortes locais, e apenas a partir dos anos de 1980 se passa a ter noção de que se tratava especificamente de uma visão global do próprio processo de desenvolvimento capitalista.

¹ Município com aproximadamente 15 mil habitantes. Cabe destacar as características do processo de colonização oficial dessa região, o qual, entre as décadas de 1960 a 1980 contou com significativa presença de migrantes sulistas engajados na formação de fronteiras agrícolas, espécie de herança cultural levada décadas depois para a Amazônia Legal; cabe destacar ainda os impactos do plantio do binômio soja e trigo, nas décadas de 1980 e 1990, potenciais causas do êxodo rural e da migração para a Amazônia.

Este momento corresponde ainda aos direcionamentos de Arruda (2006) e envolve a atenção ao conceito de consciência histórica no processo de definição do Patrimônio Ambiental, contexto diante do qual o autor ressalta o significado de uma maior valorização das subjetividades presentes nos processos até então definidas pelo aval técnico - “bio deterministas”- que envolvem processo de demarcação de reservas.

A propósito do aporte bibliográfico citado acima ele serve para ressaltarmos o fato de que as duas pesquisas por nós apresentadas envolveram, aos seus ritmos, processos historicamente constituídos entre fins dos anos de 1980 e no decorrer de 1990.

As raízes dos reassentados, raízes dos colonos

O Reassentamento São Francisco de Assis está localizado no município de Cascavel, no Oeste paranaense, e é formado por cerca de 235 famílias reassentadas, às quais somaram-se outras que chegaram no decorrer de uma década, totalizando algo em torno de 300 famílias. Essas pessoas tiveram de lidar com a política do governo do Estado do Paraná e do movimento formado pelos atingidos pela construção da hidrelétrica de Salto Caxias.

O período foi marcado pelos embates com o Estado, representado pela Companhia Paranaense de Energia (Copel), nos movimentos que reuniram, em torno de uma causa e com diferentes graus de adesão, políticos, grandes proprietários, médios e pequenos agricultores, meeiros, posseiros e agregados num total de 1.322 famílias destituídas de suas terras em nove municípios da região Sudoeste do Paraná, sendo eles: Capitão Leônidas Marques, Boa Vista da Aparecida, Três Barras do Paraná, Quedas do Iguaçu, Nova Prata do Iguaçu, Salto do Lontra, Boa Esperança do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu e São Jorge do Oeste (SCHREINER, 2002). Destas famílias, 612 foram reassentadas em 10 reassentamentos².

Dentre os reassentamentos, três foram construídos no município de Cascavel, sendo o Reassentamento São Francisco de Assis, construído a partir de 1995, o maior dos três³.

² As famílias atingidas pela água da barragem e possuidoras de propriedades compostas por mais de cinco alqueires foram indenizadas com dinheiro. Foram incluídas no projeto de reassentamento as famílias que possuíam áreas de até cinco alqueires, juntamente com meeiros, posseiros e agregados. Das famílias indenizadas por terra, 76% eram de pequenos proprietários. Cabe destacar, aqui, pequenas propriedades seguem uma classificação proposta pelo Estatuto da Terra (Lei Federal n. 4.504/1964), na qual a pequena propriedade está associada ao módulo rural, ou seja, unidade de medida de terras de um imóvel rural: uma propriedade capaz de absorver direta e pessoalmente a mão de obra familiar, garantindo-lhes subsistência, além de progresso social e econômico.

³ De acordo com Relatório da Companhia Paranaense de Energia (Copel). Ver: COPEL, 2015.

Entidades⁴ envolvidas há décadas com a questão agrária no Brasil e algumas voltadas especificamente às problemáticas das construções de hidrelétricas surgidas no decorrer da década de 1980 engajaram-se nas discussões, juntamente com outros movimentos que representavam setores da sociedade, como políticos, comerciantes e trabalhadores. O desafio significaria algo mais que adquirir um espaço físico/geográfico, pois a questão esteve relacionada com a afirmação de identidades, com a inserção nas cidades e com o relacionar-se com a entidade responsável pela mobilização do movimento social - a Comissão Regional dos Atingidos por Barragem do Rio Iguaçu (CRABI)⁵ e com as “novas” exigências do agronegócio.

A sede do reassentamento está localizada a, aproximadamente, dois quilômetros do trevo de acesso à localidade. Ela é utilizada por moradores de todo reassentamento. Ali está localizado uma área de lazer (composta pelo lago, conhecido por “Prainha”) e, ao lado, o jockey clube ou hípica, locais utilizados principalmente por visitantes das cidades vizinhas.

No trevo de entrada da localidade encontra-se uma placa que a nomeia: “Colônia São Francisco de Assis, desenvolvendo o turismo rural”. Essa placa substituiu, em 2005, outra na qual se lia: “Reassentamento São Francisco de Assis”. A mudança de nome indica uma política envolta na tentativa de transformação do reassentamento em uma colônia. A história dos reassentados passa por essa problemática da mudança do nome, e conseqüentemente, no significado do termo “reassentar”.

“Reassentar” possuiu aqui três acepções, não excludentes entre si. Na primeira acepção da palavra “reassentar”, o reassentado é aquele que faz jus à indenização recebida, isso justamente pelo fato de ter sido possuidor de terras, as alagadas com Salto Caxias.

⁴ Referimo-nos, aqui, a entidades como a CPT (Comissão Pastoral da Terra), ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), ao MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem) e à CRAB (Comissão Regional dos Atingidos por Barragem da Bacia do Rio Uruguai).

⁵ A CRABI foi formada por agricultores atingidos pelo processo de alagamento e agregou parcela significativa dos envolvidos nas negociações com a Copel. Teve o papel central em torno da organização destes que, a partir das negociações de indenização com novas propriedades, seriam, então, designados reassentados. Esse foi o momento de contato com sindicatos e políticos. O diálogo próximo com o Movimento de Atingidos por Barragem do Rio Uruguai (MAB) e com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) determinou novas práticas aos moradores, que passariam a discutir constantemente sobre as políticas sociais.

Na segunda acepção de “reassentar”, a ênfase reside no fato de os moradores terem participado da formação de um movimento social. O reassentado afirmava “ser da terra” e o pertencimento ao grupo assumiu muitos significados nas memórias de um passado de luta.

Nos anos seguintes, quando os embates ganharam outras perspectivas que não apenas o de lutar por terras, e quando alguns compradores (que não vivenciaram o movimento de luta) passaram a ser aceitos no reassentamento, alguém se dizer reassentado remetia à necessidade de se diferenciar de outros, por exemplo, dos integrantes do movimento dos sem-terra, nas idas e disputas das cidades vizinhas. Naquele contexto o termo “reassentado” acabou sendo substituído por alguns moradores do reassentamento pelo de colono, talvez, na interpretação deles mesmos, isso facilitaria a inserção e/ou reconhecimento de suas trajetórias. Assim percebemos uma terceira referência ao uso do termo “reassentado”. De certa forma, essa preocupação complementa as outras destacadas (primeiro enfatizar a participação na luta pela terra; segundo, diferenciar-se dos assentados e/ou acampados da região): dizer-se reassentado também significou, então, aproximar-se de uma carga moral e simbólica presente no termo “colono” – termo de autoidentificação comumente utilizado na região pelos moradores ligados ao campo. Utilizavam essa argumentação para demonstrar aos moradores de Cascavel e de Corbélia que também um reassentado possuía passado de trabalho na e pela terra.

De qualquer forma, dizer-se reassentado implicou lidar com as cobranças do agronegócio e do empreendedorismo:

Se você trazer um turista aqui na propriedade, e ele apanha um limão, cobra! E hoje vem o pessoal da cidade, quer apanhar uma fruta, um limão, o cara enche o carro, pega tudo de graça. [...] E é isso que nós queremos fazer (evitar), transformar aqui dentro em... numa cooperativa, numa associação. É fácil, se junta vamos tentar fazer um rótulo... (Zequinha, 2008).

A opinião de Zequinha, favorável a adoção da designação colônia diverge da de outro morador entrevistado, seu Agenor:

A colônia é diferente, co-lo-nio-za-ção. É diferente, hoje não existe mais. A confusão quem confunde é a cabeça das pessoas, pessoas que não conhecem a luta, não sabe da luta, não sabe o porquê do reassentamento. [...] Porque eu acho assim, no meu entender, quem colocou aquilo ali (refere-se à placa a qual intitula a localidade de com o nome colônia e que substituiu outra, que o designava por reassentamento), pessoas que não é da luta, pessoas que compraram ali, que não veio do início (Agenor, 2008).

De acordo com os reassentados entrevistados, a inserção nas cidades exigiu o reconhecimento das suas identidades de agricultor. A associação com os integrantes de movimentos ligados à luta pela posse da terra, por exemplo, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), incomodava alguns deles, algo percebido, por exemplo, quando ressaltavam o fato de já terem posse de terras antes da construção da barragem.

Aqui já temos uma indicação da divergência de posicionamentos trazida nos fragmentos de entrevistas citados acima. Ou seja, de um contrário e outro favorável ao processo de mudança de nome da localidade – de reassentamento para colônia São Francisco de Assis. E em ambos os posicionamentos, a relação com a natureza capacita o entrevistado a falar em nome de um projeto de uso daquele lugar. Um projeto arraigado ao discurso do movimento social, o qual ostenta na designação reassentado um lugar de destaque no processo de luta pelas terras e, portanto, nas decisões políticas pautadas no uso coletivo daquele lugar; e o outro projeto, representado pelos compradores e mesmo pelos reassentados que aderiram aos discursos e práticas atreladas ao turismo rural e /ou empreendedorismo rural.

Sobre essas disputas em torno da construção de identidades, identidades construídas no processo de territorialidade, as problemáticas indicaram para a relação entre sociedade e natureza, pois, a ênfase no fato de se dizer próximo à natureza, à vida no campo e à de pequeno produtor, posicionamento evocado pela condição daqueles que têm “raízes na terra”, norteou tanto a narrativa dos moradores que concordavam com categoria substantiva de reassentado, quanto dos que se diziam colonos. No primeiro caso, com a valorização das raízes na terra, cultivadas antes da barragem, no Sudoeste do estado, sem se deixar de valorizar o envolvimento na “luta”; no segundo, da mesma forma, com a valorização de um passado de colono, agora comprador e apto para produzir de maneira racional e rentável, termo necessário para a inserção no comércio local, numa tentativa de posituação da trajetória rural e de diferenciação deles com os sujeitos envolvidos aos movimentos sociais.

Migração de retorno, sociedade e natureza

O segundo escopo problematiza o histórico da migração que envolve o fluxo de retorno dos paranaenses da Amazônia Legal. A pesquisa está estruturada no estudo do fenômeno migratório Sul-Norte-Sul (mais especificamente, do Oeste do Paraná à Amazônia Legal e, de

lá, de volta ao Oeste do Paraná) entre as décadas de 1970-2014, com ênfase nas dinâmicas que envolvem o processo de retorno, fluxo ocorrido na década de 1990 aos dias atuais.

No tocante às problemáticas presentes na relação entre sociedade e natureza, avaliamos como esses migrantes sulistas lidavam com as condições econômicas e os discursos ideológicos, como, por exemplo, o do progresso e o do desenvolvimentismo, discursos que nortearam políticas nacionais ambientais de colonização desde fins dos anos 1960 pelo menos e, recentemente, o da ecologia, e organizam suas vidas a partir de práticas muitas vezes destoantes daquelas propostas pelos modelos explicativos historiográficos.

Os nossos entrevistados destacaram as contribuições dos sulistas⁶ ao desenvolvimento dos lugares para onde migraram a partir do extrativismo da madeira e do envolvimento com a agricultura entre as décadas de 1980, com maior evidência até os últimos anos 1990. No entanto, a maioria deles sequer trabalhara com a agricultura ou com o extrativismo.

Nessas fontes orais, as memórias abrangeram as representações do processo migratório e ganharam o contorno das preocupações com o momento do retorno; nelas se conectam identidades e espacialidades presentes na inserção no espaço, ressignificadas agora, após o retorno (SAYAD, 2000). Foi como migrante retornado que os entrevistados se posicionaram ao narrar suas experiências de territorialidade.

O estudo envolveu, assim, o mapeamento de fluxos, mas também redes de sociabilidade e isso nos cobrou atentar dialeticamente para as políticas, as leis e os discursos, de um lado, e, por outro, para as apropriações e subjetividades dos sujeitos, num caminho que foi ao encontro dos debates entre História e memória. Cabe destacar que, no caso do estudo dessas memórias, tratamos tanto da categoria de memória consagrada pela historiografia – seja ela as memórias em torno do discurso do trabalho e progresso ou as memórias fundamentadas nas “atuais” cobranças ecológicas, quanto da categoria da memória dos sujeitos, evidenciada pela narrativa oral⁷.

⁶ Apesar de não estar entre os objetivos deste texto o debate étnico, não podemos aqui desconsiderar esse elemento central na migração sulista rumo a Amazônia Legal. Mais especificamente em relação ao debate proposto sobre etnicidade, avaliado diante do migrante sulista que reconhece sua identidade na alteridade, podemos enfatizar a proposta do Realce Étnico, destacado na obra *Teorias da Etnicidade* (POUTICNAT e SREIFF-FENART, 1998).

⁷ O interesse pela temática da pesquisa deve-se ao fato de eu ter vivenciado esse processo de migração junto à minha família. Meus pais migraram, entre o início dos anos de 1980 e meados de 1990, uma trajetória migratória na qual, mudaram-se quatro vezes entre o Paraná e o Pará.

A compreensão do fluxo de retorno fora possível a partir do conhecimento da obra “Estudo e Análises, Informações Demográficas e Socioeconômicas Número 1: reflexos sobre os deslocamentos populacionais no Brasil” (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2011), publicada pelo IBGE. Além das estatísticas, o estudo contribuiu ainda com toda uma discussão em torno das dimensões e abordagens da mobilidade populacional. Parta tanto, abrangem leituras e revisões dos índices e dos indicativos de recenseamentos ocorridos a partir de 1970 até os indicativos do recenseamento de 2010, tendo ênfase as novas configurações dos deslocamentos populacionais (década de 2001-2010).

Entre as principais configurações dos fluxos migratórios constatou-se, desde fins dos anos 1980, uma significativa modificação estrutural. Dentre as principais mudanças desse período sintetizadas no estudo encontra-se o esgotamento da expansão da fronteira agrícola e a migração de retorno do Paraná. (OLIVEIRA, 2011, p. 12) ⁸.

Em relação ao processo de ocupação da Amazônia, destacamos o estudo de políticas e de documentos como o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento – PND II, o Decreto n. 5.484 (2005), referente à Legislação Brasileira Ambiental Básica (2008). A título de exemplo, podemos evidenciar esta análise com estudo do PNDII (1975- 1979). Sua análise contribui na medida em que indicou um contexto de empréstimos internacionais aproveitando os “petrodólares” quando se concretizava a fase final da industrialização por substituição de importações (ISI) e o objetivo de “cobrir” área de fronteira, pleiteando-se a busca do desenvolver das novas frentes – Amazônia, Nordeste e Centro Oeste⁹.

Podemos construir uma proximidade entre os diferentes ramos e condições econômicas dos entrevistados: as formas de relação de uso dos recursos naturais aproximam-se. Para um dos entrevistados:

⁸ Além dessa dimensão e à luz dos primeiros resultados do Censo Demográfico 2010, o artigo problematiza os eixos de crescimento com base nos totais populacionais para os municípios investigados em 2010 e os totais observados em 2000, através do cálculo da taxa média geométrica anual de crescimento. Está estruturado em três partes. A primeira trata das informações provenientes do Censo Demográfico 2000, mapeando os fluxos observados no país no quinquênio 1995/2000, enfatizando as trocas populacionais, e construindo o Índice de Eficácia Migratória e dos imigrantes de retorno. Na segunda parte analisa os dois períodos abarcados pelas PNADs, 2004 e 2009, enfatizando as tendências observadas na década, com as “trocas inter-regionais”, e do Índice de Eficácia Migratória e dos imigrantes de retorno.

⁹ Para justificar, de maneira direta, a intensidade do aumento de discursos e de políticas ambientais a partir dos anos de 1990, podemos observar o índice da Legislação Ambiental Básica em vigor (Ministério do Meio Ambiente, 2008). Com essa atividade perceberemos como esse código de leis é fruto de um debate construído principalmente em fins dos anos de 1990 e durante a década de 2001 a 2010.

Lá, você chega lá e diz, de onde você é? “Ah, eu sou lá do Rio Grande, lá de Santa Catarina. De onde você é? Do Paraná, São Paulo”. Porque lá eles consideram até no Rio de Janeiro, tudo sulista né. Tudo gente que ... que vem pra trabalhar, e sabem fazer alguma coisa. (Valdemar, 2014)

Se não há consenso entre os entrevistados quanto a problemáticas ecológicas, há consenso em relação à contribuição do sulista/paranaense e/ou gaúcho (categoria nativa com a qual é designada a maioria dos paranaenses na Amazônia Legal) para o desenvolvimento econômico e social daquela região, via processo de formação de fronteiras agrícolas.

Pressler (2010), ao estudar a produção dos discursos sobre a Amazônia, destaca como o esforço da propaganda do Estado em ressaltar a sua política de colonização amazônica, do “integrar para não entregar”, iniciada na década 1950, passa nos anos de 1980 para o discurso do desenvolvimento e da segurança nacional. Esses discursos ganham novas dinâmicas e, finalmente, nos anos de 1990, devido aos reflexos da Eco 92, com a intensificação das cobranças contra o desmatamento, estruturam-se desde então nas demandas do Desenvolvimento Sustentável, ou do “econegócio”. Todavia, em comum, tem-se nas cinco décadas, o papel de predomínio do Estado na tomada das ações políticas e a preponderância da Amazônia pela natureza e pela floresta. (p. 162-167).

Já no caso do trabalho de Edna Castro (2010) a autora apresenta uma síntese das políticas do Estado e dos atores sociais na Amazônia. Nessa análise destaca um processo secular de reinvenção do Mito do El Dourado, e problematiza o papel do Estado neste processo, representante de interesses econômicos, políticos e sociais dominantes, sintetizados nos projetos de investimentos de mineração, hidrelétricas, rodovias, e agronegócios, frente a uma ética civilizatória na qual as políticas colonialistas ligam-se aos mitos modernos, “neocolonialistas”.

A posituação do trabalho do migrante sulista também pudera ser compreendida mediante a ênfase no trabalho sustentável, neste caso, desenvolvido mediante projetos de manejo.

[...] nós pagava reflorestadora pra reflorestar, nós não tinha reflorestamento porque na época não tinha como, aí a gente pagava a firma, tinha uma, até Santa Izabel, até hoje eu lembro lá do nome da empresa que reflorestava. Não é que você ia lá e tirava a madeira e ... só depois, que nem eu fui mexer pra mim daí já eu fazia os projetos, aí eu tinha um engenheiro florestal, por exemplo, eu pegava lá mil hectare, fazia projeto de quinhentos hectares, sei lá, de quantos hectares dá pra fazer a área lá. Eu fazia sustentável daí.

Projeto sustentável você tira só as, as matrizes né, e vai e deixa sempre as reservas, não tira tudo, não baixa [derruba] tudo. [...]. (Milton, 15)

Nesta segunda afirmativa, além de demonstrar sua contribuição pelo trabalho, neste caso, atrelado diretamente ao processo de migração impulsionado pela formação de fronteiras agrícolas, agora, o migrante procura demonstrar que com o passar de cerca de três décadas da intensificação da migração sulista para região Norte, ele passou a contribuir com o desenvolvimento sustentável na região Amazônia.

O manejo vem sendo objeto de recentes debates da área de Ciências Ambientais (VOIVODIC, 2010)¹⁰. Numa primeira apresentação do segmento tem-se o tripé formado pela preocupação com questões ambientais, econômicas e sociais. O manejo possibilita a análise entre a ressignificação do progresso e as cobranças ecológicas; ou melhor, algo que demonstra a processualidade histórica ao lidarmos com um termo, se não novo, que ao menos passa a ser utilizado no cotidiano de trabalho nos últimos vinte anos; dele se fala com propriedade, dele se posiciona e evidencia-se a contribuição diante do sertão ainda a ser transformado e, sobretudo, dele se faz “as pazes com a sociedade” que ainda não é, mas que futuramente se pretende ecológica.

Em síntese, dentre as matrizes de abordagem dos migrantes podemos buscar a revisão do campo e destacar que o discurso desenvolvimentista sobressai em relação ao preservacionista e ao socioambiental (QUINSTLER, 2009). Percebemos, nessas formas de apropriação de discursos ambientais, os tipos de estratégias de inserção que justificam a posse da terra no fato de terem eles, sulistas, o conhecimento técnico e produtivista, bem com o intuito – algo cultural – da busca pelo desenvolvimento regional a partir do progresso (produtividade, urbanização, educação, etc.). Vale ressaltar a constatação de que, tais competências diante do conhecimento técnico e mesmo de certo *ethos* do trabalho - agrícola, na condição de retornados e na maioria dos casos, retornados diante do insucesso econômico-cuja importância fora abrandada diante dos ganhos culturais da migração, vale ressaltar, tais qualitativos não possibilitaram a estabilidade almejada por parte de alguns dos

¹⁰ O trabalho dissertativo de Mauricio de Almeida Voivodic (2010) apresenta para o campo de Ciência Ambiental um estudo das assembleias que serviriam de acordo com o autor pelo autor como forma de mecanismos de legitimação das decisões e êxito da *Forest Stewardship Council* (FSC) diante do democrático funcionamento de seu desenho institucional, nas palavras do autor, e diante das assimetrias dos setores envolvidos na sua constituição.

entrevistados¹¹. Ou seja, o domínio técnico e o esforço pessoal não puderam garantir o sucesso diante dos desafios da transformação da natureza.

Uma vez contextualizado os dois processos, cabe agora avaliar nosso posicionamento diante do estudo de memórias e identidades naquilo que temos como singularidades dos dois processos migratórios apresentados, em que pese às diferenças entre os recortes temporais, número de envolvidos e tipos de disputas territoriais.

À guisa de conclusões: identidades migrantes (re)inventadas a partir da relação com a natureza

O objetivo de transformar um lugar desconhecido em território, na acepção em que pesa a subjetividade do lugar e não apenas as configurações político-administrativas da construção territorial (FERRAZ, 2006; HAESBAERT, 2004) implicou no caso dos nossos entrevistados lidar com um espaço de tempo vivido, formado por disputas materiais e simbólicas. E dentre elas, estava o desafio de se lidar com as demandas e políticas “ambientais” voltadas, a priori, ao desenvolvimento do setor primário.

Neste último esforço buscamos traçar paralelos entre os dois processos apresentados. As tramas narrativas se aproximam da demarcação da relação com certa concepção de natureza. Em que pese o uma possível herança romântica no ecologismo moderno, cuja análise remete a exemplos de como o nacionalismo romântico associou natureza e modernidade (PÁDUA, 2005), as duas pesquisas apontam para conflitos e dinâmicas na forma de se relacionar com a natureza.

Em ambas as pesquisas partimos da proposta de trabalhar com história de vida, e foi necessário apresentar aos entrevistados as temáticas ou, melhor, os problemas de cada pesquisa e, nesse momento, os entrevistados incorporaram às suas maneiras as categorias de reassentados e de retornados.

E foi diante desse lugar social, assumido individualmente, mas também em nome do grupo, que os entrevistados se colocaram nos processos. Nessas entrevistas, seja em narrativas épicas ligadas às dificuldades econômicas e ao enfrentamento com o próprio Estado no e pelo movimento social, no primeiro caso apresentado, seja nas narrativas épicas relativas

¹¹ Algo que se configura na própria existência de um fluxo, embora se deva considerar para a análise de tais indicativos o retorno proposital que não esteve relacionado com problemas econômicos.

às motivações do retorno, como por exemplo, do esgotamento de fronteiras agrícolas, no segundo caso, a relação do entrevistado com a natureza tornou-se um caminho para a construção da sua narrativa.

Quanto a essa relação entre identidade - migrante - e natureza, tivemos um cuidado de nível epistemológico. Essa relação está construída, primeiramente, pelo olhar atento ao risco da construção de um “novo” discurso totalizante, o ambiental, o qual viesse a substituir outros discursos totalizantes também organizadores das entrevistas, servindo de exemplo, o do progresso nacional das décadas de 1970 a 1990; ou o do étnico, amparado na qualidade profissional do sulista migrante. E, em segundo, as potencialidades da própria construção narrativa, ora reafirmando a importância das cobranças ecológicas, ora se dizendo responsável direto do progresso material, do desenvolvimentismo.

Quanto à primeira correlação, referente ao nosso posicionamento epistemológico, discutimos com algo próximo àquilo que Candau destacou no seu texto sobre memória e identidade, e denominou por “memórias holísticas”:

Os atos de memória decididos coletivamente podem delimitar uma área de circulação de lembranças, sem que por isso seja determinada a via que cada um vai seguir. Algumas vias são objetos de uma adesão majoritária, mas memórias dissidentes preferirão caminhos transversais ou seguirão outros mal destacados. Assim, o compartilhamento memorial será fraco ou quase insistente. (CANDAU, 2011, p. 35).

A aceitação, pelo pesquisador, da existência de uma memória forte, melhor compreendida como “identidade coletiva”, isso sem desconsiderarmos o limite dessa construção do ponto de vista neurológico, não implica na nossa leitura a negativa de o constante rever do grupo e dos sujeitos de suas bases e, respectivamente, de seu lugar nele. Muito pelo contrário, leva-nos ao posicionamento de não fecharmos a problematização das narrativas em torno da afirmação de uma única identidade – ambiental nesse caso –, a qual substituiria, por exemplo, ou a do engajamento político ou a do empreendedorismo rural, típica dos primeiros anos no reassentamento, ou a étnica, no caso dos retornados.

Nessa perspectiva entendemos o fato do meio ambiente ter sido evocado na afirmativa de se ter raízes na terra, no caso dos reassentados, ou de se dizerem aptos técnica e culturalmente para formarem fronteiras agrícolas, no caso dos retornados. E essa evocação envolveu a ênfase em outras identidades, fracas, como, por exemplo, a do movimento social e a de tradições que recorrem a práticas pré-capitalistas do convívio no campo, no caso dos

reassentados, e a incorporação dos significados de toda uma cultura migratória, iniciadas pelos pais ou mesmo pelos avós, no caso dos retornados.

Nos dois casos, o meio ambiente não se apresenta como uma metanarrativa, antes, se tornou um eixo comum apropriado e reivindicado nas narrativas estudadas. As disputas entre a designação Assentado *versus* colono, na primeira pesquisa e o insucesso econômico de migrantes sulistas, algo constatado na existência de um fluxo de retorno, na segunda, justifica isso. Da mesma forma poderíamos citar o fato de que, mesmo tendo os entrevistados sulistas se apropriado de um arquétipo do migrante sulista rural, a grande maioria deles trabalharam no setor terciário quando da migração.

Enfim, a questão ambiental aproxima as análises de identidades, nossa segunda correlação entre os estudos. Nosso trabalho com a História Oral recorreu a uma abordagem atenta aos limites destacados por Leff à História Ambiental, pois procuramos um pensamento que correspondesse ao constante diálogo entre preceitos teóricos e estudo do social – simbólico – e a construção de uma consciência sobre conflitos ambientais. Nesse ínterim, evidencia-se a preocupação com a investigação hermenêutica, trazendo os saberes de sujeitos (LEFF, 2005, p. 18). Posicionamento este crítico à vontade totalizante, muitas das vezes limitada a uma forma de denúncia dos impactos do capitalismo (LEFF, 2006, p. 201). A esse propósito, Quintslr (2009, p. 56) destaca o fato da “racionalidade ambiental” defendida por Leff atacar a racionalidade econômica e diferenciar-se ainda da racionalidade ecológica ao propor a reconciliação entre homem e meio ambiente, mediante a consideração da diversidade cultural e étnica.

Essa “via da hermenêutica” das leituras da “complexidade ambiental” dialoga com os propósitos da História Local/regional e com as contribuições metodológicas da História Oral, a partir da produção de narrativas de depoimentos de vida ou temáticos.

Concluindo, com a interpretação de memórias dos entrevistados e o estudo de seus lugares sociais e itinerários percebemos como as diferentes identidades são construídas e significadas, vale dizer, ressignificadas. Elas demonstram no seu conjunto formas de afirmações de lugares de pertencimento num diálogo com as lutas de inserção a partir da condição de conhecedor do meio ambiente, a partir de uma reapropriação da natureza, como no caso da auto apresentação de colono trabalhador e/ou de agricultor empreendedor

construído pelo domínio técnico da natureza, e da mesma, na valorização do turismo rural ou do manejo.

ENTREVISTAS

DANTAS, Agenor. *Entrevista cedida ao Entrevistador*. Reassentamento São Francisco de Assis, 05 de março de 2008.

MILTON. *Entrevista cedida ao Entrevistador*. Corbélia-PR, 04 de janeiro 2014.

VALDEMAR. *Entrevista cedida ao entrevistador*. Marechal Cândido Rondon - PR, 09/ jan 2013.

ZEQUINHA. *Entrevista cedida ao Entrevistador*. Reassentamento São Francisco de Assis, 03 de março de 2008.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas – processos de territorialização e movimentos sociais. *Revista Brasileira: Estudos Urbanos e Regionais*, v. 6, n. 1, maio 2004.

ARRUDA, Gilmar. *O chão de nossa história: natureza, patrimônio ambiental e identidade*. UNESP – FCLAs – CEDAP, v. 2, n. 2, 2006.

CASTRO, Edna. Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. In: BOLLE, Willi; CASTRO, Edna; VELMELKA, Marcel. *Amazônia: região universal e teatro do mundo*. São Paulo: Globo, 2010. p. 105-122.

COPEL. Relatório da Companhia Paranaense de Energia – Copel. Departamento do Reservatório Usina Hidrelétrica de Salto Caxias. *Sustentabilidade Ambiental: Reassentamentos*. Disponível em: <<http://www.copel.com/hpcopel/root/nivel2.jsp?endereco=%2Fhpcopel%2Froot%2Fpagcopel2.nsf%2Fdocs%2F3DD7E37BDE3A4B13032574040073CEE9?OpenDocument&secao=Sustentabilidade%3AAmbiental%3AAcoes%2520ambientais%3AMeio%2520Socioeconomico>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

ESCADA, Maria Isabel Sobral; MAURANO, Luís Eduardo; RENNÓ, Camilo Daleles; AMARAL, Silvana; VALERIANO, Dalton de Morrison. *Avaliação de dados dos Sistemas de Alerta da Amazônia*: DETER e SAD. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), 2008. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/deter/avaliacao/DeterXSad_Sbsr2011.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2011.

FERRAZ, Benito O. Algumas considerações sobre conceitos pertinentes à geografia a partir de um diálogo com a história. *Revista Espaço Plural*, - Marechal Cândido Rondon, Ano VII, N.º Especial, p. 17 -19, 2006.

HOGAN, Daniel J. (org.) *Dinâmica populacional e mudança ambiental: cenários para o desenvolvimento brasileiro*. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2007. 240p. Disponível em:< http://www.unfpa.org.br/Arquivos/livro_dinamica.pdf>. Acesso: 10 de março de 2013.

LEFF, Enrique. Construindo a historia ambiental na América latina. *Esboços*, v. 12, n. 13, 2005.

LEFF, Enrique. *Epistemologia ambiental*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PÁDUA, José Augusto. Herança romântica e ecologismo contemporâneo: existe um vínculo histórico? *Varia História*, n33. jan 2005. Belo Horizonte –departamento de História da Fafichi-UFMG. pp 58-75.

_____. *As bases teóricas da história ambiental*. Estud. av. [online] 2010, vol. 24, n 68, p 81-101. p 57-72.

PRESSLER, Neusa. Econegócios e cooperação internacional: novos discursos sobre a Amazônia. In: BOLLE, Willi; CASTRO, Edna; VELMELKA, Marcel. *Amazônia: região universal e teatro do mundo*. São Paulo: Globo, 2010. p. 161-184.

POUTIGNAT, Philippe. *Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth/ philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart*. São Paulo: Ed. Da UNESP, 1998.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho - algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Projeto História*, São Paulo, n. 15, p. 19, 1997.

QUINTSLER, Suyá. Amazônia: disputas materiais e simbólicas. *R. B. Estudos Urbanos e Regionais*, v. 11, n. 1, maio 2009.

SAYAD, Abdelmalek. O retorno: Elemento constitutivo da condição do imigrante. *Travessia*, N. especial, p. 7-32. São Paulo, Janeiro 2000.

SCHREINER, Davi Felix. *Entre a exclusão e a utopia: um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos e reassentamentos rurais (Região Oeste/Sudoeste do Paraná)*. Universidade de São Paulo, 2002. (Doutorado em História).